



A natureza da comunicação popular e comunitária¹

Eduardo Yuji Yamamoto²

Mestrando em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FAAC). Bolsista Capes.

Resumo

Este trabalho procura distinguir a comunicação popular da comunicação comunitária, a partir da análise de seus dois conceitos fundadores: o popular e o comunitário. A diferença entre ambos possui significado histórico, o que implica em formações ideológicas e práticas comunicativas diferenciadas. Em geral, o popular e o comunitário são tomados como sinônimos, em razão da própria história da comunicação brasileira. Mas é necessária uma reflexão à luz das mudanças políticas, econômicas e sociais ocorrida nos últimos trinta anos. O objetivo desse trabalho é reforçar estas diferenças: a comunicação será popular, quando carregar a determinação da dialética social, isto é, como proposta de ruptura à ordem capitalista. Caso contrário, será comunitária. Observa-se que a tendência da comunicação comunitária é subsumir a comunicação popular, dirimindo sua ação coletiva e transformadora.

Palavras-chave

comunicação popular e comunitária; comunidade; popular; ideologia; cidadania.

Introdução

A construção teórica aqui ensejada tem a intenção de contribuir para a área de comunicação popular e comunitária no que se refere à possibilidade de distinguir as variadas práticas comunicativas realizadas pelos grupos e movimentos sociais. Seguindo uma metodologia dialética, essa abordagem observa no atual contexto social uma forma complexa de controle da comunicação que vem restringindo a ação de veículos contra-hegemônicos. Esse controle, costumeiramente atribuído às elites locais ou às pressões dos grandes conglomerados de comunicação, possui raízes mais profundas: o desenvolvimento da sociedade capitalista acompanhado pelo avanço do pensamento ideológico.

Nesse processo, observa-se a desestruturação do “bloco histórico³” (conceito gramsciano que enfatiza a “unidade de forças sociais e políticas diferentes” sob direção da classe popular), conforme a desarticulação dos grupos que propunham por meio de

¹ Trabalho apresentado ao NP-CI=Comunicação para a Cidadania.

² Jornalista e especialista em “Comunicação Popular e Comunitária” pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Mestrando do programa de pós-graduação em “Comunicação Midiática”, da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru/SP). Pesquisador do grupo “Mídia e Sociedade” (CNPq). Bolsista Capes. E-mail: yudieduardo@bol.com.br

³ GRUPPI, 1978, p.78.



seus veículos de comunicação a ruptura com o modelo político-econômico vigente. Para os movimentos sociais populares, esse fato representa um estancamento em seu processo de construção da hegemonia. Postula-se aqui que tal enfraquecimento é seguido pelo fenômeno contemporâneo da comunicação comunitária (institucionalizada) que traz em seu bojo a diluição do sujeito coletivo (base constitutiva da comunicação popular). Observa-se que a prática da comunicação comunitária, longe de priorizar a construção de uma cultura política a partir do incentivo à participação e representação de seus membros, busca, ao contrário, reproduzir uma lógica de dominação e controle.

Desse modo, a análise das formações ideológicas do “comunitário” e do “popular” faz-se imprescindível não apenas para compreender o processo de cooptação desses veículos pelo sistema hegemônico de representação e valor, como também para possibilitar uma leitura sobre esses dois fenômenos distintos. Serão suas formações ideológicas (popular ou comunitário) que irão determinar a legitimidade das práticas comunicativas generalizadas nos grupos sociais. Isso porque o significado histórico de “comunitário” e “popular” indica práticas contrárias e conflitivas: ao passo que o primeiro busca a conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas; o segundo procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular.

Na vertente do “popular” a perspectiva não é a ingerência do poder dominante ou a reprodução de seus mecanismos de exclusão, práticas vigentes na comunicação comunitária; mas a ampliação dos direitos, do exercício de uma cidadania que abarca além de sua dimensão política, a igualdade social e econômica (tais reivindicações perpassam os vários movimentos e grupos sociais, embora de forma fragmentada ou sob o rótulo das diferenças culturais).

Às vezes, as atribuições dessa vertente “popular” também são feitas à comunicação comunitária. Isso porque historicamente no Brasil, a comunicação contra-hegemônica carregou esta denominação (a exemplo das rádios e jornais comunitários dos anos 70 e 80). Entretanto, é importante observar que as atuais práticas da comunicação comunitária abandonaram esse ideal e atualmente passam a reproduzir características das mídias tradicionais.

Influem nesse processo alguns agentes externos, políticos e econômicos, corroborados por seus dispositivos jurídicos⁴ que delimitam a ação dos sujeitos⁵. Aliás, o comportamento dos veículos comunitários advém justamente dessas interferências. Isso se evidencia tanto na legislação que cerceia os conteúdos da programação em geral, como na manutenção desses veículos, fazendo-os recorrer às formas mercadológicas de sobrevivência. Pretende-se com essas ingerências uma tentativa de ajuste dos grupos sociais à lógica capitalista, refletido, inclusive, nos modos de produção da comunicação.

Essa circunstância ilustra as possibilidades democráticas balizadas pelo pensamento liberal, cuja determinação econômica impõe certos modos de sociabilidade (e práticas sociais). Nesse caso, a contradição do ideal democrático é resultante de sua própria complexificação, apresentando os limites ou a insuficiência desse paradigma político.

O modelo liberal de sociedade é caracterizado pela individualização da cidadania, a privatização da vida social e uma separação clara entre as esferas públicas e privadas, na qual aquela deve ter seu alcance minimizado, enquanto se amplificam ao máximo os limites do privado (...) [Ele] desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica privada pode conduzir ao bem-estar coletivo. A personalidade do cidadão era absorvida pela ‘persona’ do produtor e trocador de mercadorias, enquanto a ação política tornava-se mecanismo puramente defensivo. A sociedade civil era vista por todos os liberais, de Locke a J. S. Mill, apenas como proteção às atividades centradas no interesse próprio contra a interferência de outros indivíduos também buscando promover seus interesses particulares⁶.

Mas essa interferência externa ou delimitação, não atua de maneira decisiva ou totalizante. Assume importância nesse processo os sujeitos comunicativos, a partir dos quais se pode repensar não apenas na reprodução ideológica, mas na construção de uma hegemonia popular. Assim, retomar as experiências contra-hegemônicas em comunicação constitui um elemento importante para essa construção, mas é necessário saber distinguir essas práticas nos diversos grupos sociais.

Embora a comunicação comunitária apresente obstáculos à participação política e à ampliação dos espaços públicos (em que tais veículos compõem esse lugar), a perspectiva de construção de uma hegemonia popular tem na sua dinâmica interna, um canal de possibilidades. Em outras palavras, pode-se dizer que o caminho para

⁴ LEI Nº 9.612/98, Projeto de Lei nº 1, disponível em <http://www.mc.gov.br/radcom>. Acesso em 25/09/2005.

⁵ As leis que restringem qualquer forma de anúncio publicitário, ou de qualquer outra ordem político-ideológica (a menos que seja “apoio cultural”) impossibilitam a manutenção de vários veículos comunitários. Todavia, em muitos casos, isso é ignorado.

⁶ PERUZZO, 1998, p. 284. Apud: ABRANCHES, Sérgio. “Nem cidadãos nem seres livres, o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática”. Dados. Revista de Ciências Sociais, 1985, nº 28, p.

constituição da comunicação popular é a comunicação comunitária. É a partir da modificação desses espaços (da comunicação comunitária), que a comunicação popular pode auxiliar os grupos para uma possível transformação na estrutura social.

O conceito de comunidade e suas implicações para a comunicação comunitária

Para compreender o discurso fundador da prática da comunicação comunitária – fundamento que torna possível a continuidade de um projeto de controle social -, é imprescindível o entendimento de alguns mecanismos de linguagem que permitem a objetivação do pensamento ideológico.

Bakhtin (1997, p. 36) define a palavra como signo ou “fenômeno ideológico por excelência”. A afirmação do autor pode ser verificada pela própria natureza significativa do signo lingüístico que, segundo ele, é regulado por forças sociais presentes na sociedade. Assim como as relações sociais são regidas por forças ideológicas, as relações de significação também o são. Isso porque o signo somente pode ser considerado no conjunto dos indivíduos que compartilham um mesmo código lingüístico. É através de uma linguagem e de signos comuns que o indivíduo irá se inserir socialmente. Ele aprenderá, pelo compartilhamento de um conjunto de signos (o discurso), as normas e os sistemas de valores e representações que regem a sociedade. Nesse aprendizado, algumas ideologias poderão ser reproduzidas, outras, como atesta Bakhtin, serão “refratadas” ou “ressignificadas”. Dependerá, entretanto, do contexto em que o indivíduo estiver inserido. “[...] o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (p. 44).

Bakhtin explica ainda, que as palavras possuem histórias; estas podem ser descritas por uma relação diacrônica com as classes sociais. Determinadas palavras, como é o caso de comunidade, carregam as marcas de uma crise social, decorrente de uma tensão inerente à estrutura da sociedade. Uma destas evidências é reiteração de certas palavras apresentadas como ‘lugares comuns’. Caberia, assim, algumas indagações: a partir de quando esta palavra começa a ser recorrente? E por quê? Quais as motivações por trás dessa palavra? Nessa perspectiva, observa-se o interesse de certos grupos em enfatizar ou dar sentido à palavra, de modo que, assim, se preserve sua segurança enquanto classe social. É nesse sentido que Bakhtin afirma que toda palavra é redução, na medida em que reduz a realidade do objeto ao sistema de representação e valor de um determinado grupo (suas formações ideológicas). Vê-se, desse modo, que o



processo significativo da palavra é determinado pelos confrontos travados num campo externo, isto é, das disputas sociais. Essa negociação se dá, literalmente, pelo domínio da palavra.

É interessante observar que certos signos verbais, por força de sua repetição, impõem determinações. Essa propriedade, segundo Deleuze e Guattari, pode ser atribuído à função co-extensiva própria da linguagem.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (1995, p. 16)

Nesse caso, a repetição da palavra atende a um objetivo específico: esvaziar seu conteúdo pela reiteração de um determinado sentido. Nesse processo de repetição, a palavra enquanto produto de uma prática social tem dirimida sua natureza dinâmica, dialética e conflitiva. É justamente a estabilidade de um conjunto de signos que garante o domínio ideológico. Dada a relação entre pensamento e linguagem, a comunidade como signo ou “palavra de ordem” torna-se instrumento político e de conformação social, na medida em que apazigua os conflitos internos da sociedade. Esse procedimento busca assegurar a manutenção da estrutura social, evitando um possível conflito de classes. O consentimento do signo, nesse caso, representa uma estratégia de linguagem para obscurecer os problemas inerentes da sociedade estruturada por classes.

Essa idéia de repetição também está presente em Hobsbawm⁷. O autor afirma que atualmente “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real”. Com efeito, o contexto de uma reestruturação da economia política mundial determina outras formas de organização social e identitária. Desse modo, completa o autor: “homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo”.

Historicamente, o signo comunidade fora articulado no discurso ideológico como alteridade de outro signo, a sociedade. Esse procedimento discursivo, que no século

⁷ HOBBSAWM, Eric Apud BAUMAN, 2003, p. 20.



XVIII serviu para legitimar o projeto moderno de sociedade é articulado nos dias atuais para obscurecer as contradições internas do atual sistema social.

Verifica-se que no período de formação dos Estados nacionais, a idéia de comunidade foi empregada com o objetivo de dissolver os grupos sociais primitivos (clãs, tribos, etc), em favor da construção da sociedade moderna (cujas melhorias supostamente se estenderiam ao todo social). A imagem das benesses dessa sociedade é reforçada pela própria concepção iluminista de civilização progressista e justa. Nesse período histórico, comunidade designava a barbárie, o atraso, a guerra de todos contra todos...

“Local” ou “tribal” significam atraso; o esclarecimento significava progresso, o progresso significava a elevação do mosaico dos modos de vida a um nível superior e comum a todos. Na prática, significava homogeneidade nacional – e dentro das fronteiras do Estado só havia lugar para uma língua, uma cultura, uma memória histórica e um sentimento patriótico. (...) A prática da construção da nação tinha duas faces: a nacionalista e a liberal. (BAUMAN, 2003, p. 84)

Em última análise, a noção de comunidade ou “comunitário” ensejava a unificação e homogeneização de mercados (códigos lingüísticos, culturais e sistemas de trocas), daí a aceção negativa atribuída ao signo comunidade. Concomitantemente, no período em questão, esse mesmo processo discursivo autorizou a positividade do signo sociedade, empurrada para o pólo oposto da significação.

É interessante observar que a relação opositiva entre comunidade e sociedade constituiu o substrato do projeto social moderno. São pontuais as ocasiões em que signo comunidade foi resgatado como tentativa de suprir determinadas demandas da sociedade industrial. Bauman fala das vilas operárias do século XIX, construídas segundo estudos econômicos, onde se procurava maximizar a produção industrial a partir de um valor comunitário, o “sentir-se bem”. Nesses espaços, os industriais perceberam a necessidade de se resgatar a noção de trabalho “bem feito”⁸ das antigas comunidades.

⁸ Thorstein Veblen em “*The Theory of the Leisure Class: an Economics Study of Institutions*”. (Nova York: Randon House, s.d, p. 15, 93) fala de um “instinto do trabalho bem feito” aparentemente extinto, mas que “está presente em todos os homens”. Essa idéia vem para rechaçar o preconceito que ficou bastante conhecido em “o mal estar na civilização”, o qual Freud atribuía às massas trabalhadoras a qualidade de indolência. Veblen afirma que algo foi extinto nesse processo civilizatório, algo que se relacionava à noção de trabalho nas antigas comunidades e que na sociedade moderna não existe mais. Essa modificação, segundo Veblen vem da transformação do “esforço” em “labuta”. Segundo Bauman (2003, p. 32) “Esse ‘algo’ foi o lento mas inexorável desmantelamento/desmoronamento da comunidade aquela intrincada teia de interações humanas que dotava o trabalho de sentido, fazendo do mero empenho um trabalho significativo, uma ação com objetivo, aquela teia que constituía a diferença, como diria Veblen, entre o ‘esforço’ (ligado aos ‘conceitos de dignidade, mérito e honra’) e a ‘labuta’ (não ligada a qualquer daqueles valores e portanto percebida como fútil)”

As cidades modelos construídas em torno das fábricas estavam equipadas com moradias decentes, mas também com capelas, escolas primárias, hospitais e confortos sociais básicos – todos projetados pelos donos das fábricas junto com o resto do complexo de produção. A aposta era na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho para “toda a vida”. (BAUMAN, 2003, p. 37)

A implantação artificial da comunidade ficou famosa com Frederick Taylor, no começo do século XX, com seu “estudo do tempo e do movimento”, e da “organização científica do trabalho”. Entretanto, foi na célebre “fábrica fordista” que esta implantação atingiu o seu ponto culminante.

Nos termos de Tönnies, seu objetivo era transformar *Kürwille* em *Wesenwille*, “naturalizar” os padrões racionais de conduta abstratamente projetados e ostensivamente artificiais. Durante cerca de meio século, e particularmente nas “três gloriosas décadas” do “acordo social” que acompanhou a reconstrução do pós guerra, a “fábrica fordista” serviu de modelo para o ideal perseguido, com graus variados de sucesso, por todas as outras empresas capitalistas. (BAUMAN, 2003, p. 39)

Contemporaneamente, sob a imposição de uma nova ordem, o a idéia de comunidade é articulada para recuperar identidades, seja para controlar os fluxos sócio-culturais decorrentes de uma economia globalizada, seja para assegurar um status político e social. Nesse caso, Benedict Anderson⁹ fala de uma “comunidade imaginária” que estaria se formando para legitimar uma suposta identidade europeia. Essa comunidade, como afirma a autora, é imaginariamente construída com o objetivo de barrar a presença de trabalhadores da África do Norte em território europeu.

A atual retomada da comunidade representa a tentativa de superar as contradições do modelo de sociedade liberal¹⁰, sob diversos enfoques: o resgate de uma nova sociabilidade a partir de novas articulações identitárias, o entendimento entre povos diversos no contexto da globalização da cultura, a desterritorialização/virtualização dos grupos, a participação dos indivíduos na perspectiva de mudança social em âmbito local, o resgate de um sujeito coletivo num plano mais geral de transformações, etc. Essas tentativas, entretanto, estão confinadas à hegemonia de um modelo político-econômico, dentro do qual a noção de comunidade¹¹ não comporta qualquer

⁹ Benedict Anderson. (*Imagined Communities: reflections on the origins spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983.) Apud: SILVA, p. 23–24.

¹⁰ Tal significação é reforçada pelos problemas trazidos pelo mal estar na civilização, ideal levado às últimas conseqüências. Nesse caso, o signo sociedade passa a ocupar o pólo negativo da relação.

¹¹ A prática do individualismo está no centro das problemáticas modernas e plasma a noção de comunidades contemporâneas em dois sentidos: a busca por realizações num plano pessoal - ao que Bauman atribuiria a termo “comunidade estética” ou “cabide” já os vínculos são voláteis e descomprometidos -, e a exclusão forçada. Segundo



possibilidade de transformação estrutural. Enquanto instrumento político, o signo comunidade, pelo menos nesse atual contexto, serve para reiterar as relações de poder estruturadas historicamente, e de modo efetivo, para legitimar práticas políticas objetivadas na preservação do atual ordenamento social (*status quo*).

A análise instrumental e política do signo, num plano histórico (ou diacrônico), permite visualizar sua dinamicidade significativa como produto marcadamente humano (dialético), resultante das interações sociais e fonte das disputas simbólicas de poder. Nesse caso, o signo ressignificado reconstrói continuamente um sistema de representações e valores. Este sistema é bastante flexível para cooptar tentativas de ruptura, pois está fixada em normas sociais ideologicamente articuladas e juridicamente legitimadas.

Trazendo essa discussão para o campo da comunicação comunitária, Peruzzo (2006, p. 10–15) afirma a dificuldade em se definir o conceito de comunidade. A autora re-visita algumas definições interessantes passando pelas questões sobre a “participação” em Nisbet e Hilary, “territorialidade” em Palácios, “identidade de projeto” em Castells, chegando ao conceito de comunidade como “identidade de resistência”, elaborado pela autora. Nestas definições se observa formas de sistematizar, ou mesmo compreender, a atual articulação identitária dos vários grupos sociais em torno de uma entidade comum.

Apesar das alterações, muitos dos princípios desenvolvidos pelos clássicos preservam grande validade até os dias atuais. As comunidades continuam a se caracterizar pela existência de um modo de relacionamento baseado na coesão, convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, co-responsabilidade e caráter cooperativo. (PERUZZO, 2006, p. 13).

Nesse trabalho, utiliza-se o conceito clássico de comunidade, isto é, enquanto relação dialética com sociedade. Isso porque as vozes que evocam a comunidade - seja para assumir (ou atribuir) valores de grupo, seja para, através de um inflamado discurso, conseguir o consenso no(s) grupo(s) para atingir determinados objetivos – acabam definindo um ‘espaço comunitário’ em que se tenta anular os problemas trazidos pela vida em sociedade. Isso permite observar a relação entre a prática discursiva e a prática

Bauman (2003, p. 68) “Coisa que a comunidade estética definitivamente não faz é tecer, entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e, portanto, de compromissos a longo prazo. Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente ‘vínculos sem conseqüências’. Tendem a evaporar-se quando os laços humanos realmente importam – no momento em que são necessários para compensar a falta de recursos ou a impotência do indivíduo”



social: a primeira legitimando as ações da segunda. Esse sentido produz-se em sua própria realidade, isto é, no atual contexto social configurada a partir da fragmentação.

Comunicação popular e comunitária: problemas e perspectivas

Segundo José Marques de Melo (2003, p. 33), a importância dos estudos e pesquisas em comunicação deve ser legitimada a partir das demandas sociais que autorizam a aquisição desse conhecimento.

Qualquer campo do conhecimento humano surge como consequência das demandas coletivas. Trata-se da resultante de um processo destinado a compreender e controlar os fenômenos sociais emergentes. Começa na base da sociedade, robustecido pelo senso comum. Amplia-se e desenvolve no interior das organizações profissionais, culminando com sua legitimação cognitiva por parte da academia.

No entanto, em comunicação popular e comunitária é importante acercar-se de certos cuidados, principalmente no que diz respeito aos conceitos de popular e comunitário presente nesse senso comum que, de algum modo, reforça uma prática profissional ideologizada cuja legitimação estabelece-se em seu próprio campo científico.

Assim, o quadro social em que a comunicação popular e comunitária se acha inserido permite que se façam algumas considerações. Primeiramente, no que diz respeito à atuação de ONGs, movimentos sociais, empresas privadas, etc, que se utilizam de canais de comunicação sob pretexto de promover a cidadania, a participação de pequenos grupos sociais, como instrumento pedagógico, além de outras ações que visam mudanças na estrutura social. Uma das obrigações dos teóricos da comunicação popular e comunitária consiste em uma análise sistemática da organização institucional em cujo quadro se pratica a atividade intelectual. “É importante saber-se como e por quem são sustentadas estas instituições, os tipos de atividades a que se dedicam, sua política, sua organização interna e inter-relações, e seu lugar no todo da organização social¹²”. Cabe a ele, inclusive, o conhecimento acerca das pessoas a quem se destinam as atividades de preservar, reformular e disseminar os saberes do grupo.

Em segundo lugar, é necessário dirimir algumas distorções ou falácias conceituais que cercam a noção de comunidade. É muito recorrente a alusão à comunidade como forma retrógrada de vida, em parte, pela influência de uma visão romântica de alguns

¹² MANHHEIN, 1982, p. 28.



sociólogos¹³ que, de certa forma, fixou raízes na comunicação comunitária. Outra perspectiva, entretanto, é observá-la como forma organizativa intermediária à sociedade socialista. (Como se verá mais adiante, esse pressuposto constitui a expectativa da comunicação popular).

Segundo Fredric Jameson (1997, p. 337), em geral, as expressões “comunidade”, “utopia” e “sociedade socialista” dão impressão de um desaparecimento das diferenças que são fonte de estímulos da vida urbana. Tal fantasia, observada também no “medo libidinal da repressão, ou dos tabus”, elucida um retorno às formas simples de vida, “dos vilarejos, de onde tudo que fosse complexo e interessante na ‘civilização ocidental’ tenha sido amputado. Esse medo, ou ansiedade da utopia, é um fenômeno concreto, ideológico e psicológico [...]”; necessita, portanto, de um olhar investigativo dos comunicadores sobre tais representações.

Ao contrário de alguns modelos teóricos simplificadores da vida socialista¹⁴, este sistema de governo será muito mais complexo que o capitalismo. Necessitará de um longo tempo na pré-história humana antes que se possa imaginar o destino ou a vida cotidiana sob controle do próprio homem. Segundo Jameson (1997, p. 341) “Este horizonte ainda está distante das mentes de indivíduos do ‘mundo administrado’ de hoje, podendo, inclusive, assustá-los”¹⁵.

Por fim, deve-se ressaltar que a aquisição de um conhecimento em comunicação popular e comunitária venha de uma apropriação crítica das atuais práticas comunicativas realizadas pelos vários grupos sociais. Tem-se, entretanto, como pressuposto, algumas diretrizes importantes: 1) A possibilidade de analisar problemas diversificados sob uma lógica comum, uma sistemática subjacente; nesse caso, a ideologia; 2) Evidenciar estudos que atendam ao contexto específico em que se desenvolvem essas práticas comunicativas; 3) Posteriormente, encontrar formas de gerenciar estes conhecimentos adquiridos através de planejamento, organização, monitoramento e avaliação destas pesquisas. O objetivo é identificar nos espaços públicos de comunicação (ou mesmo na própria cultura popular) canais de visibilidade política, que aproxime as questões sociais ao contexto da luta pela hegemonia popular.

¹³ Exemplo disso é a clássica obra de Ferdinand Tönnies “Comunidade e Sociedade”, estabelecendo uma linha de pensamento sobre comunidade que será seguido por outros sociólogos. Tönnies propõe uma distinção entre comunidade e sociedade pela oposição de uma vida orgânica e a mecanicismo industrial das relações. (TÖNNIES, In: FERNANDES, Florestan, 1973, p.96 – 117)

¹⁴ WILLIAMS, Raymond (Op. cit.) Apud: JAMESON, 1997, p. 341.

¹⁵ Rechaçando as críticas de psicanalistas seguidores de “O mal na civilização”, Jameson conclui, “[...] o ideal utópico de uma sociedade totalmente humana, que é muitíssimo mais complexa do que a nossa, não precisa ser investida de quaisquer dos desejos e ilusões desmascarados pela crítica existencial”.

Esses diálogos resultam não apenas em reprodução ideológica ou na submissão ao sistema de valor e representação hegemônico, mas, sobretudo, implica em apropriações e ressignificação da comunicação (técnica ou não) por parte dos grupos sociais.

A natureza da comunicação popular e comunitária

O que definiria a comunicação popular e comunitária como campo do conhecimento? Pode-se dizer que, embora seja abrangente (pois compartilha a mesma natureza da Comunicação Social: dos problemas, objetos e métodos de investigação), o alcance desta área se restringiria aos grupos sociais, pequenos ajuntamentos humanos que desenvolvem uma prática conjunta. Por esta explicação, contudo, poder-se-ia cair numa cilada, qual seja, de que a sociedade contemporânea é o reflexo da fragmentação em vários grupos. Então toda comunicação social é comunicação comunitária?

Na verdade não. Existe uma peculiaridade histórica nesta sub-área da comunicação que está diretamente relacionada ao processo político de re-democratização. Atesta-se que durante um período da história, os cidadãos tiveram suprimidas suas vozes perante os meios de comunicação hegemônicos. Portanto, este episódio histórico da comunicação brasileira constitui o pressuposto inicial em torno do qual a atual prática comunicativa popular e comunitária deve ser problematizada e especificada.

Teoricamente (ou juridicamente), a comunicação comunitária como prática de grupo pressupõe a participação da comunidade representada. Como já foi dito, é muito freqüente o uso das expressões “alternativa” e “popular¹⁶” como sinônimas da comunicação comunitária; isso porque elas carregaram um significado histórico comum: a oposição ao poder instituído. Vale ressaltar que essas expressões ficaram conhecidas no Brasil a partir das experiências comunicativas dos movimentos sociais e grupos populares das décadas de 70 e 80, que reivindicavam além de uma abertura democrática, melhores condições de vida. Influenciadas pelas próprias condições daquele momento histórico, a mobilização em torno destas questões tinha ampla participação da base. Tal engajamento se dava em torno de uma causa comum, qual seja, a construção de veículos contra-hegemônicos.

Entretanto, se hoje as práticas comunicativas comunitárias perderam muito da identidade daquela época (conforme a influência de um novo contexto político e

¹⁶ PERUZZO, 1998, p. 120.

econômico mundial), seu sentido (enquanto resultante do processo de significação) ainda se mantém. Observa-se que a palavra “comunitário” suscita um significado menos subversivo que “popular”; ou pelo menos não carrega as marcas de um perigo iminente. Naquela época, o uso da expressão “comunitário” constituía uma estratégia política dos grupos populares para enganar a repressão ou a censura de seus veículos. Esta significação ainda hoje é preservada, mas seu uso tem a finalidade política de esvaziar o sentido histórico do “popular”.

Tal esvaziamento é também acompanhado de um isolamento e enfraquecimento do sujeito coletivo. Justamente por assentar-se no fechamento de grupos é que a idéia de comunidade constitui-se um empecilho à transformação social: nesse caso, os indivíduos que o formam possuem interesses divergentes, às vezes conflitantes. Em tal situação, segundo Castells¹⁷ (2002, p. 500 – 510), verifica-se a predominância ou sobreposição dos interesses políticos dominantes conforme a reprodução de um discurso hegemônico nesses espaços. O funcionamento ‘coerente’ destes grupos se dá de acordo com uma norma anterior, isto é, com os princípios liberais de sociabilidade. Os grupos sociais tomados por comunidades, embora consintam a necessidade de melhorias sócio-econômicas, ou de visibilidade cultural em seus locais de atuação, são incapazes de fazê-los numa perspectiva de ruptura com o sistema. Em outras palavras, a participação da comunidade será restrita, pois estão sob as amarras da dominação ideológica espelhada em um sistema anterior e externo.

Mas se a idéia de comunidade suscita este tipo de situação, o conceito de popular possibilita uma outra interpretação. Como grupo social estruturado em torno de uma luta histórica (expropriação dos meios de produção, a exploração da mão de obra, legitimação pela supremacia numérica conforme os preceitos de uma democracia de massa), o popular retoma não a condição individualista e fragmentária da sociedade, mas a polarização por classe social. Entra em cena não mais o indivíduo, em torno do qual se edificou alguns conceitos existencialistas, de subjetividade (que atualmente determina a própria noção de comunidade), mas o coletivo em sua acepção de bloco histórico, como projeto em longo prazo.

¹⁷ Manuel Castells afirma que a emergência da noção de comunidade no século XX constitui-se como estratégia de uma elite dominante cuja atuação em âmbito global é dada como forma de gerenciamento de grupos. Esse fato é notabilizado pelos inúmeros estudos que enfocam a economia política da comunicação, e trazem para reflexão as estratégias de segmentação da audiência. Para melhor detalhamento desse tema ver: **Comunicação, Mídia e Consumo** / Escola Superior de Propaganda e Marketing. vol. 2. n° 5. São Paulo (SP): ESPM, 2005

O quadro abaixo define a distinção entre comunicação comunitária e comunicação popular, a partir de suas respectivas formações ideológicas:

	<i>Comunicação comunitária</i>	<i>Comunicação popular</i>
Pensamento subjacente	Ideológico	Utópico*
Estrutura social	Grupos sociais	Sociedade de classe
Proposta de ação	Conciliação	Conflito, ruptura
Polarização	Multiculturalismo	Diferença econômica
Organização	Hierárquica	Autogestão

Fig. 1: Comunicação comunitária x Comunicação popular

Muitas vezes, no interior dos próprios movimentos sociais, estas duas estruturas aparecem em constante conflito. Mas são nos veículos comunitários que as disputas de grupos entre si ganham visibilidade, em parte, porque estes materializam em seus produtos midiáticos o confronto político. Invariavelmente, tais conflitos são decorrentes do desejo de cada grupo em implantar determinada política-editorial (nesse caso, o objetivo tende mais à reprodução da estrutura do poder do que a sua alteração). Em muitos veículos comunitários, essas disputas podem ou não acontecer, dependendo da composição ideológica de seu corpo editorial. Prevaecem, na maioria dos casos, os interesses particulares cujos benefícios políticos, a partir da conquista do poder, obedecem à lógica hierárquica de distribuição.

É importante dizer que a distinção entre comunicação popular e comunitária constitui apenas um ponto de vista em relação aos inúmeros micro-contexto sócio-político em que estas práticas comunicativas se inscrevem. Esses micro-contextos permitem ainda outras perspectivas, como aquelas enfatizadas por Michel Maffesoli¹⁸. Ressalta-se que a validade dessa construção conceitual opositiva (comunitário vs. popular), como um corpo sistematizado de idéias, práticas e conceitos, próprio a cada um, efetiva-se como tentativa de sistematizar as variadas práticas comunicativas realizadas pelos grupos que se encontram na sociedade de forma fragmentada¹⁹.

* A concepção de utopia aqui utilizada é aquela oferecida por Mannheim (1982, p. 20), como “complexos de idéias que tendem a gerar atividades com vista a mudanças na ordem prevaemente”.

¹⁸ Sobre a comunidade baseada na afetividade, no impulso irracional do homem, e que vem caracterizando, segundo o autor, como manifestação contemporânea por excelência. MAFFESOLI, 2007, p. 59-95.

¹⁹ Acima de tudo este trabalho busca uma macroteoria social-comunicativa, estando por isso sujeita às críticas determinísticas de toda ordem.



Todavia, na prática da comunicação comunitária há de se considerar a dialética entre os sujeitos comunicativos e seus aparatos técnicos, numa perspectiva de interação e modificação recíproca. Nesse contexto, a comunicação comunitária constituiria o caminho intermediário para alcançar mudanças sociais profundas, no intuito de dar coesão aos grupos.

Da comunicação comunitária à comunicação popular: re-descrever a utopia?

O sentido de comunidade suscitado nos discursos midiáticos, científicos ou no senso comum toma a palavra como índice das qualidades positivas, na perspectiva de obscurecer contradições da sociedade capitalista, isto é, não se coloca como proposta de ruptura. Esta ambigüidade é reproduzida também na comunicação comunitária possibilitando duas leituras sobre este fenômeno. A primeira interpretação diz respeito a um projeto de conciliação dos grupos sociais. A comunicação, nesse caso, atuaria nas comunidades segundo as normas legislativas brasileiras, tendo como pressuposto apenas a representação do grupo o qual o serviço se destina. Esta noção, todavia, possui um duplo fundamento: 1) segmentar os grupos em comunidades isoladas, o que diminuiria uma proposta de ação coletiva e, a partir daí criar propostas comunicativas cujo conteúdo é a centralidade em si, o fechamento; e 2) restringir, através da legislação, uma prática que poderia subverter o epicentro da dominação nestes espaços. Na maioria dos casos, o funcionamento destes veículos se realiza conforme a reprodução do autoritarismo, do proselitismo político e religioso, além de outras formas de controle. Nestes espaços, a comunicação agiria sob estratégia enunciativa para o agenciamento da comunidade, isto é, em busca de representação política sob direção dos interesses da elite. Em linhas gerais, esta idéia carrega a sensação de pertença, participação, solidariedade, segurança, subjetividade compartilhada, ou consolação em um mundo que parece se desfazer a cada dia. Isso se realiza por um consumo irrefletido das comunidades conforme a reprodução de práticas liberais (seja pelo multiculturalismo com suas micro-políticas, seja pela busca por um pertencimento individual dada a valorização do indivíduo como imperativo de vida). Observa-se que o sentimento de comunidade se manifesta numa perspectiva sedutora, uma espécie de fuga da sociedade ocasionada pelas próprias contradições do sistema. Este, a seu modo, se mantém intacto devido à perpetuação dos valores e dos mecanismos funcionais da sociedade capitalista.

A comunicação comunitária, nesse caso, consolida em ações os ideais estipulados pela elite, qual seja, afastar do campo político tudo aquilo que, em última instância, pudesse abalar seu sistema de representação e sua posição no sistema social. Este fenômeno é ilustrado pela própria institucionalização da comunicação comunitária, que segundo Louis Althusser (1974) constitui um modo de restringir a ação dos sujeitos. Sob estratégia enunciativa, a institucionalização da comunicação comunitária representou para alguns uma conquista histórica do povo. Entretanto, longe de qualquer celebração, esse fato ilustra a “normatização” e o “controle do sujeito” comunicativo.

A segunda perspectiva de apreensão deste fenômeno comunicativo parte dos mesmos pressupostos, mas numa leitura diferente. A tônica desta visão é o sentido de coletividade como projeto de sociedade a longo prazo. Nesse sentido, as ações dos grupos seriam coordenadas numa perspectiva coletiva, como proposta de superação da ideologia, o que implicaria na alteração de sua estrutura produtiva e na completa transformação das relações sociais. Esta proposta tem raízes gramscianas: a comunicação como proposta política de classe visando à construção de uma hegemonia popular.

Nesta perspectiva, a comunicação daria coesão ao corpo social matizado por tal idéia. Também nesta segunda leitura, caberia a análise de seus conteúdos, como forma de se verificar sua prática sem incorrer num autoritarismo gerencial. A representação, nesse caso, se daria sem intermediários, já que ela seria a própria participação dos sujeitos. Atribuir-se-ia a esta segunda perspectiva, a denominação comunicação popular, retomando as aspirações de uma dialética social.

Comunicação popular ou comunitária? O controle dos signos faz destas expressões sinônimas, pois tem por objetivo o apaziguamento social. A reversão desta estratégia, entretanto, é possível a partir de uma (re)apropriação do “popular”. Como estratégia de ação, num primeiro momento, a comunicação popular agiria sob o invólucro da comunicação comunitária visando à construção de uma hegemonia popular. Posteriormente, ou como consequência inevitável, na perspectiva da ruptura. A acepção “popular”, neste caso, retoma a construção do bloco histórico, a partir da luta pela mudança nas estruturas sociais pensada em âmbito coletivo. É somente a partir desta noção que a prática comunicativa deixaria de promover a conciliação com o sistema - que é bastante flexível para cooptá-lo -, para configurar-se como ferramenta histórica do homem.



Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo (SP): Hucitec. 1997. 8ª Edição.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor. 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo (SP): Terra e Paz, 2002. 6ª edição.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo (SP): Moderna, 1982, 3ª Edição.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2, Rio de Janeiro (RJ): Editora 34, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1986, 6ª Edição.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1978.

FRANÇA, Vera V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, Luís G. (org.) **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília (DF): Ed. UnB, 2002. p. 13 - 29.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo (SP): Ed. Ática, 1997, 2ª edição.

MAFFESOLI, Michel. A comunidade localizada. In: **O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2007, p. 59-95.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 4ª Edição, 1982.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo (SP): Paulus Editora. 2003, 1ª Edição.

PERUZZO, Cícilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1998. 3ª Edição.



..... **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 6 a 9 de setembro de 2006.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In. FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e sociedade**. Vol.1, São Paulo (SP): Nacional, 1973.